

LEIS PENAIS EXTRAVAGANTES

Objetivo geral

Proporcionar ao participante o entendimento da técnica legislativa utilizada no Direito Penal, o conhecimento das normas e institutos penais existentes e sua evolução com a jurisprudência, capacitando-o a aplicá-los no exercício de suas funções.

Objetivos específicos

Possibilitar a interpretação e aplicação das leis penais extravagantes, com a aplicação concomitante dos institutos constantes da Parte Geral do Código Penal.

Metodologia

Aula expositiva, debates e estudo de caso, com análise da legislação, de comentários doutrinários e da jurisprudência. Estudo de casos.

Conteúdo programático

- Lei de Crimes Hediondos - Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990 e lei nº. 8930/94
 - Considerações gerais
 - Conceito e evolução histórica
 - Fundamento constitucional
 - Crimes Hediondos e Assemelhados
 - Anistia, graça e indulto
 - Fiança e liberdade provisória
 - Regime
 - Apelo em liberdade
 - Delação premiada
 - Quadrilha ou bando
 - Individualização da pena
 - Violência presumida
 - Aspectos controvertidos

- Lei dos Juizados Especiais – Lei nº 9099 de 26 de setembro de 1995
 - Considerações Gerais
 - Evolução histórica
 - Fundamento Constitucional
 - Conceito de infração de menor potencial ofensivo
 - Lei nº 10.259/2001
 - Lei nº 11.313/2006
 - Princípios
 - Procedimento
 - Medidas despenalizadoras
 - Enunciados
 - Aspectos controvertidos
 -

- Lei de Tóxicos - Lei nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006
 - Considerações gerais
 - Definição e evolução histórica

- Análise dos tipos
 - Norma penal em branco
 - Sujeitos
 - Usuário
 - Os crimes
 - Aspectos controvertidos
 - Concurso de crimes
 - Ritos
 - Lei nº. 9.099/95
 - Medidas despenalizadoras e Penas
 - Inafiançabilidade
 - Vedação ao sursis
 - Proibição à concessão de graça, indulto e anistia
 - Vedação à liberdade provisória
 - Proibição de conversão em pena alternativa
 - Livramento condicional
 - Causa excludente de culpabilidade
 - Concurso de Crimes
 - Flagrante
 - Classificação do Crime
 - Competência Federal
- Lei do Crime Organizado – Lei nº. 9.034, de 3 de maio de 1995
 - Considerações Gerais
 - Evolução histórica
 - Definição de crime organizado
 - Quadrilha ou bando
 - Organização criminosa
 - Ação controlada
 - Inexigibilidade de autorização judicial
 - Infiltração em quadrilhas ou bandos, organizações criminosas e associações criminosas
 - Identificação criminal
 - Delação premiada
 - Liberdade provisória
 - Recurso em liberdade
 - Regime
 - Questões controvertidas
- Lei de Tortura – Lei nº. 9.455, de 7 de abril de 1997
 - Considerações Gerais
 - Conceito
 - Fundamento constitucional
 - Crime omissivo
 - Vítima
 - Inafiançabilidade
 - Insuscetibilidade de graça, indulto e anistia
 - Regime fechado
 - Extraterritorialidade incondicionada
- Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997

- Considerações gerais
 - Conceito de veículo automotor
 - Crimes de perigo, de dano e de lesão
 - Aplicação de Lei 9099/95
 - Medidas despenalizadoras
 - Perdão judicial
 - Omissão
 - Aspectos controvertidos
- Lei Maria da Penha – Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006
 - Considerações Gerais
 - Antecedentes legislativos
 - Princípios constitucionais
 - Direitos fundamentais
 - Desigualdade
 - Lei nº 9099/95
 - Aspectos Controvertidos

Bibliografia Indicada:

Código Penal atualizado

Código de Processo Penal atualizado

Constituição da República Federativa do Brasil atualizada

Carga horária: 18 horas

<p>Atualização: 21/05/09 Revisão: 02 Total de páginas: 03</p>
--